

DESDOBRAMENTOS DE PROCESSOS DE EDUCAÇÃO POPULAR REALIZADOS POR MULHERES SUBURBANAS

Andreane Pereira Moreira¹
Luciano da Costa Santos²

RESUMO

Este estudo tem como foco as experiências de mulheres suburbanas e sua relação com a educação popular em um período de intensas transformações sociais no Subúrbio Ferroviário de Salvador. Busca contextualizá-las na atualidade, como contraponto ao processo de exclusão que atinge a maioria da população pobre e periférica, a qual sofre não apenas com os estigmas e preconceitos territoriais, mas também com a falta de reconhecimento por parte das elites dominantes, que não veem esses territórios e suas populações como guardiãs e produtoras de saberes culturais e educacionais, gerados a partir de suas experiências. Objetiva visibilizar vozes femininas silenciadas e esquecidas na história, especialmente no contexto do Sul global, profundamente afetado por processos coloniais que, por meio do patriarcado e seus sistemas de opressão, perduram até os dias de hoje. Urge, através das experiências de vida dessas comunidades, reconstruir uma ética crítica que revele as opressões impostas por sistemas hegemônicos. Este movimento busca o reconhecimento das vítimas não apenas como objetos da opressão, mas como sujeitos ativos da sua própria libertação, desafiando as estruturas históricas que alienam e fragmentam o sujeito, desenraizando-o de sua coletividade de origem. Trata-se de uma pesquisa de doutorado em andamento, com abordagem qualitativa e exploratória, utilizando pesquisa bibliográfica, documental e de campo, além de adotar a narrativa autobiográfica e a observação participante. A análise será pautada pelos Estudos Decoloniais e pela perspectiva da Educação Popular.

Palavras-chave: Educação Popular. Subúrbio Ferroviário de Salvador. Mulheres, Decolonialidade.

INTRODUÇÃO

A experiência obtida através da pesquisa de mestrado realizada no Acervo da Laje, localizado no SFS sob o título: A Morada da Beleza: educação Popular, Estética e Libertação a partir da Experiência do Acervo da Laje, me permitiu ampliar o olhar a fim de identificar as pessoas que inspiraram os fundadores do museu do subúrbio: Vilma Santos e José Eduardo Ferreira Santos. A potência traduzida e apresentada por eles através da beleza, arte e educação tem raízes fincadas em seu próprio território originário. Desse modo, passei a empreender a tarefa de construção de outra pesquisa, visando à identificação dessas fontes sapienciais localizadas no Subúrbio Ferroviário de Salvador, na figura especificamente de mulheres simples, amorosas, solidárias e potentes.

¹ Doutoranda em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia-PPgEduc, Mestra em Educação e Contemporaneidade Ppgeduc – UNEB andreanemoreira@gmail.com;

² Pós-doutor em Filosofia Moral e Política pela Universidad Autónoma Metropolitana (UAM) do México. Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB): lucostasantos1@gmail.com.

As formas utilizadas para a estigmatização desse território e, consequentemente, da população que o habita, perpassam dispositivos midiáticos que costumeiramente veiculam notícias, na maioria das vezes, de cunho sensacionalista, as quais mostram o Subúrbio Ferroviário de Salvador apenas como locus produtor de violência e de morte. A repetição e ostentação da violência atentam contra a memória suburbana, na medida em que a estigmatização favorece um êxodo das gerações mais jovens e bem-sucedidas para espaços mais consumistas e instagramáveis.

Contrariando essa tendência, a comunidade do SFS ressignifica-se constantemente, fomentando, a partir do seu território, agentes educadores que, mesmo com suas diversidades, encontros e desencontros, trabalham em conjunto em prol da educação popular como contraponto para outro projeto de sociedade. “[...] a educação popular tem o potencial de ser parceira da busca. Basta, para isso, que ela não perca de vista uma de suas características fundamentais, que é inserir-se como instrumento pedagógico na sociedade que se movimenta em busca de dignidade, justiça e integração da vida.” (Streck, Esteban, 2012, p.7).

Embora cercada por este cenário de negação, com intuito claro de invisibilização de um povo, com sua cultura e território, a fecunda comunidade do SFS tem impulsionado novos e ousados voos, a exemplo da continuidade das ações com base na educação popular, exemplificadas pelas narrativas de mulheres suburbanas que recentemente participaram do projeto intitulado: “Damas do Subúrbio: Memórias de Educação Popular”³, o qual apresenta, através de narrativas audiovisuais e de um artigo, a contribuição de mulheres do Subúrbio Ferroviário de Salvador para preservação da memória do povo e do lugar a partir da educação popular nas comunidades. O projeto teve apoio financeiro do Estado da Bahia através da Secretaria de Cultura e da Fundação Pedro Calmon, via Lei Aldir Blanc, sob direção da Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo, Governo Federal.

Essa pesquisa relembra a atuação fecunda nos idos dos anos 80/90 na região suburbana, tendo sido observada a potência e continuidade dessas ações de educação popular através das bases comunitárias, materializando-se em diversos pontos e a partir de atores múltiplos. Percebemos, então, que essas atuações não estão restritas somente ao SFS, mas se estendem a outras regiões da cidade, extrapolando o estado e o próprio país.

Percebemos o quanto a resistência de um povo constitui fator imprescindível com vistas a perspectivas futuras insurgentes e libertadoras. Todo esse processo civilizatório está permeado por elementos que dialogam com o passado e o presente em direção ao futuro, a

³ . Disponível em: <http://www.fpc.ba.gov.br/2021/02/18/leialdirblanc-projeto-aborda-a-lembrancas-de-mulheres-perifericas-e-suburbanas-na-preservacao-da-memoria-do-povo-e-do-lugar/>

ótica de que todo o processo civilizatório ora em curso é signatário de uma construção configurando construções sócio históricas fruto de incontáveis gerações que nos antecederam.

Desse modo, fica patente que precisamos de um projeto de sociedade que eduque no sentido da valorização da existência do outro. Com o cuidado para não cairmos no erro dos livros didáticos que privilegiam os “heróis” em detrimento da construção coletiva, invisibilizando uma cultura local e rica, amplamente revisitada.

A fim de contextualizarmos as histórias e memórias das mulheres educadoras populares do SFS, serão realizadas revisões bibliográficas amparadas em: Enrique Dussel, para trabalharmos as categorias de libertação e povo; Freire, no qual abordaremos a Educação Popular; diálogos decoloniais, tendo como referência os escritos de Catherine Walsh e Maldonado Torres; e aspectos de gênero reportados nas vozes de Lélia Gonzalez, Angela Davis, Sueli Carneiro, entre outras/os.

METODOLOGIA

A pesquisa, aprovada pelo Comitê de Ética, tem como foco seis educadoras populares do Subúrbio Ferroviário de Salvador, atuais ou ex-moradoras da região. O estudo combina revisão de literatura, pesquisa documental e, principalmente auto narrativas das participantes, recolhidas após assinatura do TCLE, a fim de compreender suas vivências pessoais e coletivas com a Educação Popular.

A metodologia envolve observação participante, diários de campo e aproximação com o CEAS (Centro de Estudos e Ação Social), que atua com práticas participativas e diálogo entre diferentes saberes. As reuniões do grupo de educadoras acontecem em Periperi, com destaque para atividades ligadas à memória, como a elaboração da biografia do Padre Oliveira, incentivador da educação popular. Além disso, elas promovem ações comunitárias, como aulas de inglês para jovens e adultos afrodescendentes da região.

REFERENCIAL TEÓRICO

A afirmação do território, o respeito às raízes, o reconhecimento da força e presença de pessoas que possibilitaram a manutenção da cultura e cuidaram de sua continuidade e preservação, são fundamentais para esse continuum educativo no tempo. “[...] a compreensão da terra para o povo da área é a de que esta é um ‘dom’, existe para ser cuidada, habitada, utilizada para realizar as necessidades vitais, não para tornar-se um latifúndio improdutivo”. (Santos, 2005, p.151). O reconhecimento da potência existente neste lócus faz com que a

historicidade das mestras e mestres que nele se encontram ou se encontraram ensine noções de comunidade ao/à homem/mulher enquanto ser político.

Está em andamento um importante processo de visibilização de narrativas ocultadas, embora essas sempre tivessem existido na clandestinidade [...] as práticas educativas nas lutas do cotidiano são processos formativos que geram saberes que não apenas ajudam essas pessoas e grupos a viver, mas também são importantes para a recriação da sociedade. (Streck, 2013, p. 361).

Verifica-se que o bloco social dos oprimidos é o povo e sua cultura popular, também dominada, excluída internamente sob o poder dos brancos eurocêntricos. A cultura popular é o ponto de partida de uma resistência, criatividade ou libertação, cultura revolucionária (Dussel, 1993). O sistema hegemônico, apropriando-se desse lugar de poder, atua de modo a impor a invisibilidade, que, conforme análise de Santos: “[...] é uma forma de opressão e ao mesmo tempo uma negação da existência do lugar e das pessoas que nele habitam [...] Criou-se em torno da periferia um cinturão que a separa da ‘cidade’ dita formal” (Santos, 2014, p.170).

Segundo Dussel (2010), o sentido da palavra “povo” se distingue de “massa” ou “multidão”; trata-se da potência comunitária alternativa ao sistema social dominante, capaz de fazer brotar vida e formas éticas, revolucionárias, de relação. Afirma ainda que, se essa categoria não tivesse força, não a utilizariam em seus discursos, e com tanta densidade simbólica, os maiores líderes da América Latina.

Com efeito, “povo” é uma categoria essencial e propulsora de novos rumos na perspectiva da libertação, de maneira que seja possível se chegar à conquista de uma nova época histórica, com possibilidade, de fato, de uma nova formação social.

Verifica-se uma clara intenção de destruição da história suburbana, como se essa história, que, de algum modo, foi soterrada, não pudesse se apresentar: “os silêncios e o esquecimento são resultados de séculos e décadas de abandono e falta de registros de histórias que poderiam ter sido mais bem contadas” (Santos, 2014, p.21). Dessa maneira, a memória de um povo necessita ser constantemente revisitada, principalmente nas periferias, no sentido atribuído por Freire (2003), quando enfatiza a importância da dialogicidade, da utilização das palavras geradoras atreladas ao processo educacional, constituindo um dos princípios para o *ser mais*.

Analisando a forma para melhor definir o esquecimento na história da região do Subúrbio Ferroviário de Salvador, Espinheira (1998, p. 23) afirma que “[...] só se pode esquecer aquilo que em algum momento foi registrado”. É preciso, pois, fazer emergir as memórias proibidas, clandestinas, ocupar a cena cultural, os meios de comunicar e de viver.

As memórias subterrâneas precisam invadir o espaço público. A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças, durante muito tempo confinadas no silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas (Pollak, 1989).

Podemos aludir a memória a uma possibilidade material de resistência, na medida em que torna possível o não esquecimento e apagamento do passado que se encontra presente na imagem evocada como insígnia do que já existiu, e que a memória se esforça por reaver. Considerando, inclusive, que nem todas as memórias serão agradáveis, porém absolutamente necessárias ao prosseguimento da história como herança (Ricoeur, 2003).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tratamos, nesta pesquisa, sobre mulheres educadoras populares que se afirmaram expoentes para que pessoas das mais diversas idades e de distintos gêneros alcançassem um “lugar ao sol”, e escapassem de contextos e trajetórias já delimitados pelo sistema, como o anunciado fracasso escolar que persegue as periferias no Brasil, tornando milhões de adolescentes e jovens alvos fáceis para a morte precoce, muitas vezes direcionada pelo mundo do crime.

Nas pesquisas realizadas, é comum, mesmo escolhendo palavras-chave que delimitam intenção de pesquisa que privilegie a atuação de mulheres, que as primeiras incursões nos levassem aos autores mais conhecidos da história da educação, principalmente no Brasil, sob a insígnia do gênero masculino.

Com um pouco mais de perseverança, vou descortinando nomes importantes da história da educação, que, embora não apareçam como “populares”, em suas marcas vão sinalizando os percursos e tecendo saberes que nascem do chão, do popular.

Percebo, na fala das mulheres educadoras populares suburbanas, o quanto tantas que as antecederam são inspiração para a continuidade de um legado que aspira por outro tipo de sociabilidade humana, onde as políticas alcancem, de fato, os segmentos mais vulnerabilizados da sociedade, de forma que a educação se efetive para todos/as com igualdade de oportunidades.

Destarte, a história de mulheres que estiveram na vanguarda do movimento negro aparece como determinante, para que o combate ao sexismo cometido pelos próprios homens negros tencionasse as pautas defendidas pelas feministas brancas, as quais não levavam em conta a experiência das mulheres negras, como se pode ver na militância da ativista Lélia

Gonzalez. Sua trajetória enquanto professora universitária, escritora e militante é inspiração para vivências, até o presente, imobilizadas pela força opressora do colonialismo.

Apesar das poucas e honrosas exceções para entender a situação da mulher negra [...], poderíamos dizer que a dependência cultural é uma das características do movimento de mulheres em nosso país. As intelectuais e ativistas tendem a reproduzir a postura do feminismo europeu e norte-americano ao minimizar, ou até mesmo deixar de reconhecer, a especificidade da natureza da experiência do patriarcalismo por parte de mulheres negras, indígenas e de países antes colonizados (González, 2008, p.36).

A luta, a tecitura de seu itinerário, tem assento e inspira atuações educadoras feministas na atualidade, considerando o legado de alguém que saiu do plano terrestre em 1994, mas, desde 1970, emergiu da condição de sujeita desautorizada, para a condição de intercessora de toda uma geração de homens e mulheres pretas e pretos.

As mulheres participantes da presente pesquisa e que ainda hoje estão atuantes, seja nos movimentos sociais através de coletivos, ou como professoras de escolas comunitárias, também encontraram ressonância e aproximação em histórias como a de Beatriz Nascimento. Em uma das rodas de conversa, uma dessas mulheres relata ter sido salva da violência doméstica por intermédio das ações desenvolvidas através do movimento de Educação Popular no SFS.

Beatriz Nascimento, também oriunda de um subúrbio (carioca), graduou-se historiadora em 1971, e dedicou quase duas décadas a pesquisas sobre a formação dos quilombos no Brasil, aliando sua experiência, vida profissional e militância de modo orgânico e propositivo, de forma a minimizar e reparar questões históricas no trato do negro e dos territórios a eles pertencentes.

A historiadora foi vítima de feminicídio pelo marido de uma amiga que sofria violência doméstica, a qual, como feminista, Beatriz havia acolhido e aconselhado o distanciamento do agressor. A história de Beatriz Nascimento emerge como um testemunho interrompido por um feminicídio brutal, que, de certa forma, estava ligado à sua militância política. Destaca-se, assim, a importância do reconhecimento de seu legado, tanto para as gerações que a precederam quanto para servir de contraponto essencial às educadoras contemporâneas.

Estas histórias de mulheres à frente do seu tempo, também passam pela tentativa de invisibilização. A história oficial, via de regra, não tem compromisso com relatos de fortalecimento de povos historicamente subalternizados e oprimidos, ante a possibilidade de libertação.

Minha aproximação das mulheres que me apresentaram suas experiências como educadoras populares se deu em meio à pandemia por COVID-19, por conta do edital da Lei

Aldir Blanc, para o qual escrevi um projeto fruto dos achados da pesquisa desenvolvida no mestrado, quando soube da existência dessas mulheres educadoras populares que inspiraram os idealizadores do Museu-Casa-Escola Acervo da Laje. O referido projeto me permitiu buscar essas fontes sapienciais que inspiraram não só essa minha iniciativa, mas a de muitas outras pessoas, além de ter formado pensadores/as, intelectuais, artistas, professores/as, entre outros/as protagonistas do meio popular.

O tempo de duração do projeto não me permitiu aprofundar a pesquisa, fato que me levou à construção do anteprojeto para o doutoramento, considerando a riqueza contida naqueles relatos e a invisibilidade que teimava em pairar sobre essas educadoras populares.

Após a aprovação do anteprojeto, cumprimento dos créditos obrigatórios e orientações que me permitiram a reformulação para o início da escrita propriamente dita, retomei o contato com uma das mulheres educadoras, D. Aracy Dantas, leiga das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), a qual, até hoje, aos 81 anos, exerce um destacado protagonismo como conselheira de importantes frentes populares, a exemplo do CPP (Conselho Pastoral dos Pescadores). D. Aracy sugeriu uma visita ao CEAS (Centro de Estudos e Ação Social), pois lá eu encontraria muitas informações sobre o período em que essas mulheres estiveram atuando enquanto educadoras populares, além dos movimentos existentes em várias áreas da cidade de Salvador e região metropolitana, com ênfase na região do Subúrbio Ferroviário.

Dessa forma, no dia 4 de julho de 2024, nos dirigimos à instituição, com o intuito de revisitar o espaço e obter acesso aos documentos que, sob a guarda do CEAS, poderiam me fornecer informações que contassem a história do período de trabalho realizado por essas mulheres, tanto no SFS, quanto em outros territórios. Fomos recebidas pela secretária e pelo bibliotecário, os quais nos conduziram até alguns arquivos que contam a história do Movimento das Lavadeiras, Movimento dos Favelados, entre outras organizações populares bastante atuantes entre as décadas de 1980 e 1990.

Revisitei as histórias através de documentos diversos, como: relatórios, jornais, atas de reuniões, datados de um período de efervescência política em seu sentido mais autêntico, não somente na cidade de Salvador, mas em todo o país. O recorte temporal deste estudo é marcado por intensos encontros, assembleias, reuniões etc. em prol da libertação de um povo trabalhador e sofrido das áreas mais periféricas da cidade. A partir de um trabalho de base, de início marcado pela forte presença da Igreja Católica, com rezas, declamações de salmos e orações, foi-se promovendo o ajuntamento, e as necessidades, que poderiam ser vistas a princípio como singulares, se tornaram questão coletiva.

Aos poucos, esses encontros foram tomando um formato eminentemente político, o que possibilitou a produção de folhetos, jornais e até um livro que conta a história das mulheres lavadeiras e sua luta como participantes ativas no movimento popular. Uma época de entendimento da política como direito de existir enquanto condição de cidadania de um povo.

[...] toda experiência social, até as mais brutais, de sofrimentos, de vitimização, de opressão produz conhecimentos, indagações radicais, leituras lúcidas de si e do mundo, leituras das relações de poder, de expropriação de suas terras, leituras dos extermínios de que foram e são vítimas. Experiências tão radicais que produzem saberes radicais. Produzem, como nos lembra Eric Hobsbawm, a tomada de consciência política dessas populações submetidas, vivenciando essas experiências tão radicais (Arroyo, 2017, p.14).

Na incursão pela instituição, os documentos, a maioria em papéis amarelados, escritos à mão, datilografados ou mimeografados, contidos em pastas amontoadas em grandes arquivos/estantes, contam a história da união de profissionais, leigos da Igreja Católica e da comunidade, pelo fortalecimento de segmentos vulnerabilizados da sociedade, a exemplo de mães de família, na luta por moradia digna e por condições de trabalho e subsistência.

Aliado a esse processo, coexiste a questão da valorização do ofício das mulheres lavadeiras de ganho, pois essas, além de exercerem uma função com baixíssima remuneração, eram constantemente desvalorizadas em seu trabalho, ao ponto de terem vergonha de se afirmarem como trabalhadoras que exerciam essa função.

Sua realidade enquanto mulheres e profissionais era de uma vida solitária e sem reconhecimento de sua função social, restringindo-se apenas às lavagens das roupas dos “brancos”, ao cuidado do barraco e dos filhos, pois a maioria das mulheres eram mães solo, e as que tinham marido muitas vezes não podiam contar com a presença e responsabilidade deste, no trato com as despesas e educação dos filhos.

Situações marcadas pela relação com maridos alcoolistas ou com outras famílias concomitantes, o que as deixava sem a garantia do sustento por parte dos mesmos, também eram comuns. Os relatos documentais dão conta do quanto o movimento de educação popular, promovido por essas mulheres, foi importante para o reconhecimento de si enquanto mulheres e sua auto valorização enquanto classe trabalhadora.

As dinâmicas das reuniões tinham um formato aberto, o que possibilitava a participação das mulheres das comunidades, sem uma pauta abstrata ou pré-determinada. As reuniões começavam com a chegada das mulheres, que conversavam entre si, e o assunto de interesse era o motor principal de condução das mesmas.

Outro critério utilizado pelas agentes era pautado na visita às mulheres em seus domicílios, e esse contato permitiu uma maior aproximação, estabelecimento de vínculos e

reconhecimento da realidade vivida por essas pessoas. Depois, as próprias mulheres lavadeiras começaram a se visitar entre si.

Essa experiência pode ser interpretada à luz de Dewel (1974), quando afirma a perenidade na vida em sociedade, embalada em meio aos conflitos inerentes à vida humana, mas também às conexões, considerando a interação das pessoas com o ambiente e as condições sociais que as rodeiam. Desta maneira, o contato atua de modo a qualificar através de emoções e ideias, potenciando intencionalidades reflexivas.

Quando se resolvia fazer algum movimento, a exemplo da redução da taxa da Previdência Social, as mulheres recolhiam de suas colegas lavadeiras as assinaturas para o abaixo-assinado, o que possibilitava um maior conhecimento de suas realidades e das experiências vividas por suas colegas. A descoberta de que existiam mulheres chefes de família, que precisavam ter seis, oito, até dez trouxas de roupas para dar conta do sustento da família, com moradia ainda mais precarizada que as suas próprias, assim como o número considerável de mulheres lavadeiras que não sabiam ao menos assinar o próprio nome, foram fatores determinantes para se estabelecer uma relação de alteridade e de reflexão sobre as condições adversas impostas às mulheres periféricas, as mais pobres dentre as pobres.

[...] a orientação para assuntos de natureza prática [que] é um traço característico de muitos contadores de histórias natos. [...] Esta utilidade tanto pode estar presente num princípio moral como numa indicação de ordem prática ou num provérbio, numa regra de vida – em qualquer caso, o contador de história é um homem que sabe dar conselhos aos seus ouvintes [...]. O conselho, entretido na matéria de uma vida vivida, é a sabedoria. [...] (Benjamin, 2013, p. 151).

Embora as reuniões fossem conduzidas pelas agentes leigas da pastoral, as reuniões em si não tinham um formato religioso, evitando-se tratar de assuntos dessa natureza, pois o objetivo central não era a igreja ou a fé. Embora em alguns momentos esse tipo de abordagem surgisse, ele não era alimentado pelos/as agentes, principalmente por considerar que, em meio àquele ajuntamento, havia mulheres de várias religiões e credos, e a identidade do grupo estava pautada de fato na identidade das lavadeiras, no conteúdo de suas histórias e elas mesmas davam regra e compasso às reuniões.

O envolvimento das mulheres trabalhadoras lavadeiras foi de tal nível, que chegou ao ponto de nas reuniões/assembleias, por iniciativa delas mesmas, ocorrerem eventos de dramatizações das situações vivenciadas no contexto de trabalho. Trata-se do oprimido se tornando agente ativo de sua própria libertação (Freire, 1987).

Além de a dramatização aparecer como ferramenta poderosa de reconhecimento das opressões vividas, da necessidade de se formular acordos coletivos para exigência e estabelecimento de direitos, também era um momento de valorização de sua capacidade

criativa, de serem vistas, ouvidas e aplaudidas; momentos de alegria, além de figurar como processo de reconhecimento, processo terapêutico, pois muitas vezes apareciam questões guardadas sob forte emoção, principalmente quando se tratava de questões de injustiça e preconceito manifestados por parte das patroas. “É a vida que ilumina – se vale a metáfora – todas as coisas (não em sua particularidade), enquanto universalmente situadas como meios para o fim: a experiência de estar vivendo; a alegria de poder viver; a síntese de todas as experiências da vida enquanto possibilitantes da própria vida”. (Dussel, 2018, p. 9).

Nesses momentos apareciam de forma teatralizada também outros elementos que faziam parte da vida real, a exemplo dos filhos, que eram também parte daquela conjuntura de trabalho, os quais contribuía com a entrega das roupas, e na transmissão dos recados da patroa para a lavadeira e da lavadeira para a patroa.

Predominou até meados de 1980 a máxima de que o preço da trouxa de roupa era fixado pela “branca” (essa era a forma como as trabalhadoras lavadeiras denominavam as patroas). Com a atuação dos/as agentes educadores/as populares e a adesão por parte das mulheres, foi estabelecida uma tabela de preços, a fim de que as mulheres desenvolvessem seu trabalho com um mínimo de dignidade. Essas tabelas constituíram um dos primeiros passos para a organização das lavadeiras, e se deram em meio a muitas insatisfações por parte das “brancas”.

A ideia de organização de uma associação que as representasse, também partiu das próprias lavadeiras. Até por conta da resistência na aceitação da tabela por parte das patroas, pois as mesmas não davam crédito a uma categoria que ainda não tinha uma representação legal. Desse modo, a pressão foi crescendo em torno dessa necessidade, até que, na sexta assembleia realizada em 1987, o assunto foi discutido em pequenos grupos e votado favoravelmente, surgindo a ALARMES, a associação representativa das trabalhadoras lavadeiras de Salvador.

Mesmo em meio a esses avanços, os desafios eram constantes, ocasionados principalmente pela ingerência das patroas, que tentavam a todo custo invalidar o movimento e a organização das mulheres lavadeiras.

A associação representativa das lavadeiras de Salvador, também se consolidou como um espaço de discussões em torno das representações de poder comunitário e da própria questão que envolvia a política partidária, no sentido de possibilitar discussões em torno do papel da representação política.

Embora nesse período ainda não houvesse a sede ou o registro legal da associação, os jornais da ALARMES circulavam contando os desafios e as peijas da categoria, como

também divulgando os poemas escritos pelas próprias lavadeiras. Embora uma grande parte das mulheres lavadeiras fosse de analfabetas, o jornal circulava entre elas, ao ponto de quem não soubesse ler, ter conhecimento do que estava circulando através de seus pares, e a publicação chegava também às mãos das patroas, se consolidando como um instrumento de participação identitária e representação política.

Nas falas de muitas das mulheres que participaram do Movimento dos Favelados e do Movimento das Lavadeiras, surgem relatos potentes que expressam a força da formação em Educação Popular, como força motriz para o reconhecimento de si enquanto pessoa portadora de direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história de opressão sobre o gênero feminino é determinante para, a partir de sua condição subalterna, se (re) descobrir e (re) surgir como potência, voltando o olhar a um horizonte civilizatório utópico possível, a partir de uma perspectiva de educação, de fato, libertadora.

Deste modo, “A memória das mulheres é verbo. Ela está ligada à oralidade das sociedades tradicionais que lhes confiavam à missão de narradoras da comunidade aldeã” (Perrot, 1989, p.15). Garantir a autoria desse lugar enquanto instrumento de continuidade na vida e na história ainda hoje se faz necessário, reafirmando-o sempre enquanto: “Trabalho simbólico e político de transformação da ordem social dominante” (Brandão, 2006, p. 44).

É nesse sentido que a presente pesquisa pretende visibilizar a história das mulheres educadoras populares da região do Subúrbio Ferroviário de Salvador-Ba, estas que se apresentam como guardiãs e responsáveis pela sedimentação de saberes culturais arraigados na ancestralidade, com perspectiva de continuidade nas gerações futuras.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel.G. **Outros Sujeitos, Outras pedagogias**. 2 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BENJAMIN, W. _____. **O contador de histórias**. Reflexões sobre a obra de Nikolai Leskov [1936]. In: _____. Linguagem, tradução, literatura; filosofia, teoria e crítica. Ed. e Trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 147-178.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DEWEY, John. **A arte como experiência**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. V. XL. (Coleção: Os pensadores).

DUSSEL, Enrique. 1492: **O encobrimento do outro**. A origem do “mito da modernidade”. Petrópolis: Vozes, 1993.

DUSSEL, Henrique. **Sete Hipóteses para uma estética da libertação**. Práxis. Revista de Filosofia. ISSN: 1409 – 309X. 2018.

DUSSEL, E. **Transmodernity and interculturality**: an interpretation from the perspective of Philosophy of Liberation. Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World, v. 1, n. 3, p. 28-59, 2012a. 2010???

ESPINHEIRA, Gey. O Parque São Bartolomeu: esquecimento e memória. Parque Metropolitano do Pirajá: história, natureza e cultura. Ana Lúcia Formigli (org) et.al. Salvador: Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu, 1998.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONZÁLEZ, Miguel Alberto. GONZÁLEZ-MONTEAGUDO, José. Descolonizar los lenguajes de los poderes. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 19 n. 50, 2023. DOI: 10.22481/praxisedu.v19i50.11997.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. Revista Brasileira de História, v. 9, n. 18, p. 9-18, Ago-Set 1989.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Tradução Alain François et. al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, José Eduardo Ferreira. Acervo da Laje: memória estética e artística do Subúrbio Ferroviário de Salvador, Bahia. São Paulo: Scortecci, 2014.

STRECK, Danilo R. ESTEBAN, Maria Tereza (Orgs). Educação Popular: lugar de Construção social e coletiva. IN: CARRILO, Alfonso Torres. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.